

SED-SC

Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina

ADMINISTRADOR ESCOLAR

- ✓ Conhecimentos Gerais
- ✓ Noções de Informática
- ✓ Conhecimentos Específicos

DE ACORDO COM O EDITAL N.º 794/SED/2026



Conteúdo de acordo
com o Edital n.º 794/SED/2026
Questões gabaritadas
da Banca - FURB



Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina

SED-SC

Administrador Escolar

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Administrador Escolar de acordo com o Edital nº 794/2026, da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. (SED-SC).

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *FURB*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

**POR QUE
ADQUIRIR
A VERSÃO
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS GERAIS.....	11
■ FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	11
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DIREITOS SOCIAIS E DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE EDUCAÇÃO	11
■ FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO CATARINENSE.....	15
■ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: DIREITO À EDUCAÇÃO, PROTEÇÃO INTEGRAL E CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	16
■ LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI N.º 9.394/1996) E SUAS ALTERAÇÕES	29
ESTRUTURA, PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO DAS ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	29
■ PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	32
■ PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA: METAS, ESTRATÉGIAS E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL.....	34
■ LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 170/1998: SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA.....	36
■ MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	42
■ LEGISLAÇÃO SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA E SUA IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR.....	45
■ GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO: FUNDAMENTOS LEGAIS E INSTÂNCIAS COLEGIADAS	48
■ REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA	51
DIREITOS	51
DEVERES	57
Responsabilidades.....	57
REGIME DISCIPLINAR	58
■ ESTATUTO E O PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL CATARINENSE	60
■ CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	62
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	65
COMPETÊNCIAS GERAIS, ÁREAS DO CONHECIMENTO, COMPONENTES CURRICULARES E ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	65

■ PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS.....	77
■ CURRÍCULO BASE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DO TERRITÓRIO CATARINENSE	79
PRINCÍPIOS.....	79
ESTRUTURA	79
ARTICULAÇÃO COM A BNCC.....	80
■ CURRÍCULO BASE DO ENSINO MÉDIO DO TERRITÓRIO CATARINENSE.....	80
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	81
ITINERÁRIOS FORMATIVOS E TRILHAS DE APROFUNDAMENTO.....	81
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR VIGENTE	82
■ EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	82
DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS	82
NORMAS ESTADUAIS VIGENTES	83
■ INTEGRAÇÃO CURRICULAR: INTERDISCIPLINARIDADE, TRANSDISCIPLINARIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	84
■ AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONCEPÇÕES, INDICADORES EDUCACIONAIS E USO DOS RESULTADOS PARA MELHORIA DA QUALIDADE.....	87
■ PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR	91
■ DIVERSIDADE, DIREITOS HUMANOS E PROTEÇÃO INTEGRAL	93
■ EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: PRINCÍPIOS, MARCOS NORMATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES	95
EDUCAÇÃO BÁSICA: EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	96
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: ESPECIFICIDADES E MARCOS LEGAIS.....	97
EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA : ESPECIFICIDADES E MARCOS LEGAIS.....	98
DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: COMBATE AO RACISMO, VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE E IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR.....	99
■ EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO	100
■ DIVERSIDADE DE GÊNERO, SEXUAL, RELIGIOSA, LINGUÍSTICA E SOCIOCULTURAL	101
RECONHECIMENTO E PROMOÇÃO DE EQUIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR	101
■ INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE	102

■	DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM: ESTRATÉGIAS E ADAPTAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PARA TODOS.....	103
■	CONVIVÊNCIA ESCOLAR, CULTURA DE PAZ E PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS: ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO E PRÁTICAS RESTAURATIVAS	104
■	SAÚDE MENTAL NA ESCOLA: COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS, BEM-ESTAR E TRABALHO INTERSETORIAL.....	106
■	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO EDUCACIONAL	107
■	TECNOLOGIAS, INOVAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	109
	TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO E NA GESTÃO PÚBLICA: FUNDAMENTOS, POTENCIALIDADES E DESAFIOS.....	109
■	CULTURA DIGITAL, LETRAMENTO DIGITAL E CIDADANIA DIGITAL: HABILIDADES, RESPONSABILIDADE E PARTICIPAÇÃO CRÍTICA.....	110
■	USO PEDAGÓGICO E ADMINISTRATIVO DE PLATAFORMAS, AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM E RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS.....	113
■	ENSINO HÍBRIDO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: MODELOS, REGULAMENTAÇÃO E APLICAÇÕES	115
■	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: APLICAÇÕES ÉTICAS E POTENCIAL TRANSFORMADOR NO ENSINO E NA GESTÃO.....	117
■	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E GOVERNANÇA DIGITAL NO AMBIENTE EDUCACIONAL	119
	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD.....	119
■	INOVAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS CONTEMPORÂNEAS E SEUS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO E NA SOCIEDADE	139
■	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CONTEXTOS.....	140
	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	141
	Legalidade	142
	Impessoalidade.....	142
	Moralidade.....	143
	Publicidade.....	143
	Eficiência	144
■	ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	144
	DEVERES	145
	CONFLITO DE INTERESSES	146
	INTEGRIDADE.....	146

TRANSPARÊNCIA	147
RESPONSABILIDADE.....	147
■ LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: TRANSPARÊNCIA ATIVA, PASSIVA E SIGILO	147
■ RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO.....	168
■ ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DE SANTA CATARINA E DO BRASIL	174
■ GEOGRÁFICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS DE SANTA CATARINA E DO BRASIL CONTEMPORÂNEO RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DAS DINÂMICAS EDUCACIONAIS E ADMINISTRATIVA.....	188
 NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....	 205
■ CONCEITOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE PROGRAMAS E APLICATIVOS PARA EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES.....	205
■ SISTEMAS OPERACIONAIS	248
CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS	249
■ CONCEITOS BÁSICOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS ASSOCIADOS À INTERNET	278
■ PLATAFORMAS CORPORATIVAS DE COLABORAÇÃO	288
■ MÍDIAS SOCIAIS.....	314
 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	 325
■ BASE NACIONAL COMUM DE COMPETÊNCIAS DO DIRETOR ESCOLAR	325
DIMENSÕES E ATRIBUIÇÕES.....	325
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	326
■ PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	326
CONCEPÇÃO DEMOCRÁTICA, ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO CONTÍNUA.....	326
■ PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	328
INTEGRAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL.....	328
INOVAÇÃO E ARTICULAÇÃO COM BNCC E CURRÍCULO BASE DO TERRITÓRIO CATARINENSE.....	329
■ GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ESCOLA.....	330
FORMAÇÃO, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, MOTIVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EQUIPE	330

■	GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS, FINANCEIROS E PATRIMONIAIS	331
	ORÇAMENTO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE INTERNO.....	331
■	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E INDICADORES EDUCACIONAIS	341
	INTERPRETAÇÃO E USO PARA TOMADA DE DECISÕES E MELHORIA DA QUALIDADE.....	341
■	IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS DOS ESTUDANTES E DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE ATENDIMENTO.....	342
■	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA	346
	INSTRUMENTOS, INDICADORES, PLANO DE AÇÃO E MONITORAMENTO DE METAS	346
■	RESPONSABILIDADES DO GESTOR EDUCACIONAL	346
■	COMUNICAÇÃO PÚBLICA E ATENDIMENTO AO CIDADÃO: PRINCÍPIOS, LINGUAGEM CIDADÃ E QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO	347
■	GESTÃO DE RISCOS INSTITUCIONAIS: IDENTIFICAÇÃO, ANÁLISE, TRATAMENTO E MONITORAMENTO NO SETOR PÚBLICO	349
■	PROCESSO ADMINISTRATIVO ESTADUAL: FASES, PRAZOS, RECURSOS E PRINCÍPIOS NORTEADORES	351
■	FEDERALISMO BRASILEIRO E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	353
	DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SOCIAIS	354
■	RESPONSABILIDADE FISCAL E SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO: FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES PRÁTICAS	355
■	GOVERNO ABERTO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE EXTERNO	355
	MECANISMOS, INSTÂNCIAS E RESPONSABILIDADES	355
■	SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA	357
	CRITÉRIOS SOCIOAMBIENTAIS, COMPRAS SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL.....	357
■	GESTÃO DE CRISES.....	358
	CONTINUIDADE DE SERVIÇOS PÚBLICOS: FUNDAMENTOS, PROTOCOLOS E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	358

CONHECIMENTOS GERAIS

FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DIREITOS SOCIAIS E DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE EDUCAÇÃO

Consagrada no art. 205 da Constituição, a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo promovida com colaboração da sociedade com o objetivo de preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e para o trabalho pela melhoria de suas qualificações.

Art. 205 *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Os princípios do ensino estão consagrados no Texto Constitucional, no art. 206, e são os seguintes:

Art. 206 *O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;*
 - III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
 - IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
 - V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;*
 - VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;*
 - VII - garantia de padrão de qualidade;*
 - VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal;*
 - IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.*
- Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)*

Ainda, o parágrafo único do mencionado dispositivo determina que a lei deve dispor sobre os profissionais da educação e sobre a adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

As universidades devem obediência ao princípio de indissociabilidade¹ entre ensino, pesquisa e extensão, bem como têm autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Nos termos:

Art. 207 *As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de **indissociabilidade** entre ensino, pesquisa e extensão.*

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Dica

Conforme a Súmula Vinculante nº 12, a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o inciso IV, do art. 206, da Constituição Federal.

Conforme o art. 208 da CF, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

Art. 208 *O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:*

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;*
- II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;*
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;*
- IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;*
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;*
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;*
- VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.*

Antes da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, a gratuidade do ensino apenas se aplicava ao ensino fundamental. A EC mencionada inovou ao estender a obrigatoriedade do ensino gratuito à toda a educação básica (infantil, fundamental e média).

Assim, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, sendo que seu não oferecimento, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

¹ Não pode ser separado nem desunido.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE PROGRAMAS E APLICATIVOS PARA EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES

MICROSOFT WORD: PROCESSAMENTO DE TEXTOS AVANÇADO



Logo do Microsoft Word.

Edição e Formatação de Textos

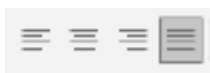
A edição e formatação de textos no Microsoft Word envolvem a manipulação do conteúdo textual, como a inserção de novas informações, a exclusão de trechos irrelevantes ou a modificação de palavras e frases para aprimorar a clareza e a concisão da mensagem.

Esse processo é iterativo e fundamental para refinar a comunicação escrita, garantindo que o texto seja direto e livre de ambiguidades.

Por outro lado, a formatação abrange a aplicação de atributos visuais ao texto, que vão desde a escolha da fonte e seu tamanho até a definição de cores, estilos (negrito, itálico, sublinhado) e alinhamentos.



Negrito, itálico e sublinhado, nesta ordem.



Alinhamentos: à esquerda, centralizado, à direita e justificado.

A formatação não é meramente estética, mas atua diretamente na hierarquização das informações, destacando pontos-chave e facilitando a leitura.

Por exemplo, o uso consistente de negrito para títulos de seção e de itálico para termos técnicos na primeira menção ajuda o leitor a identificar rapidamente a estrutura e os conceitos importantes.

A combinação eficaz da edição e da formatação transforma um rascunho em um documento polido, visualmente atraente e fácil de ser compreendido, adequado para publicações, relatórios ou apresentações formais.

Dominar essas ferramentas permite ao usuário controlar precisamente a aparência e o conteúdo do material, assegurando que ele atenda aos padrões de qualidade exigidos em ambientes profissionais e acadêmicos.

Além disso, a capacidade de aplicar estilos de forma consistente em todo o documento, utilizando os recursos de estilos do Word, otimiza o tempo e garante a uniformidade visual, um aspecto fundamental em documentos extensos e complexos.

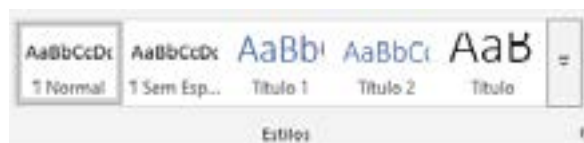
Estilos e Temas

Os estilos e temas no Microsoft Word são ferramentas poderosas que permitem a aplicação consistente de formatação e design em todo o documento, otimizando o processo de criação e garantindo uma aparência profissional.

Um estilo é um conjunto predefinido de características de formatação, como fonte, tamanho, cor, espaçamento de parágrafo e alinhamento, que pode ser aplicado a textos, títulos, listas e outros elementos.

Por exemplo, o estilo “Título” pode definir uma fonte específica, um tamanho maior e um espaçamento antes e depois do parágrafo, garantindo que todos os títulos de nível no documento tenham a mesma aparência.

A utilização de estilos não só economiza tempo, como também facilita a manutenção do documento, pois qualquer alteração no estilo é automaticamente refletida em todas as instâncias em que ele foi aplicado. Isso é particularmente útil em documentos longos, nos quais a consistência é necessária.



Estilos no Word.

Os temas, por sua vez, são conjuntos de opções de formatação predefinidas que incluem cores, fontes e efeitos visuais, aplicáveis a todo o documento.

Ao escolher um tema, o Word ajusta automaticamente as cores e fontes dos estilos, gráficos e outros elementos visuais para corresponder ao tema selecionado, criando uma estética coesa e harmoniosa.

Por exemplo, um tema pode definir uma paleta de cores específica para gráficos e uma combinação de fontes para títulos e corpo de texto.

A aplicação de temas é uma maneira rápida de alterar a aparência geral de um documento sem a necessidade de formatar cada elemento individualmente.

A combinação estratégica de estilos e temas permite ao usuário criar documentos visualmente atraentes e profissionalmente formatados com eficiência, mantendo a uniformidade e a coerência em todo o material.

A capacidade de personalizar e gerenciar esses elementos é um diferencial para a produção de documentos de alta qualidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Prezado(a) estudante,

Com o intuito de oferecer o material o mais completo e didático possível, optamos por não repetir aqui os conteúdos referentes a:

- Gestão Escolar Democrática e Liderança Educacional: Fundamentos Teóricos, Modelos e Perspectivas Contemporâneas
- Gestão De Conflitos e Mediação no Ambiente Escolar: Abordagens e Práticas Restaurativas
- Proteção de Dados na Gestão Escolar: LGPD

tendo em vista que eles já foram amplamente abordados na disciplina Conhecimentos Gerais.

Cordialmente,

Nova Concursos.

BASE NACIONAL COMUM DE COMPETÊNCIAS DO DIRETOR ESCOLAR

SENTIDO NORMATIVO

No debate educacional brasileiro, a Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (BNC-Diretor Escolar) surgiu como tentativa de dar maior densidade técnica à função diretiva, afastando a ideia de que a direção resume-se a representação formal ou mera administração cotidiana da escola. Nas páginas oficiais do Conselho Nacional de Educação (CNE), a matéria aparece no Parecer CNE/CP nº 4, de 2021, aprovado em 11 de maio de 2021, que apresenta a BNC-Diretor Escolar como referência para o exercício profissional da direção. Ao mesmo tempo, a documentação oficial mais recente do próprio CNE registra que, em reunião da Câmara de Educação Básica de 12 de junho de 2025, o Ministério da Educação (MEC) demandou a revisão desse parecer, indicado como não homologado, o que recomenda leitura cuidadosa de seu estatuto atual.

Esse quadro é relevante porque a BNC-Diretor Escolar foi concebida para parametrizar a atuação do diretor, auxiliando a formulação de políticas nacionais, estaduais e municipais voltadas à formação inicial e continuada, à escolha do dirigente, ao acompanhamento de sua rotina e à avaliação de seu desempenho. O próprio parecer afirma que a matriz organiza um conjunto básico de expectativas em âmbito nacional e pode orientar escolas, redes, sistemas de ensino e instituições formadoras na construção de políticas de valorização, seleção, provimento e acompanhamento do trabalho diretivo.

Em outras palavras, trata-se menos de um texto descritivo sobre o que os diretores já fazem e mais de uma tentativa de definir, em chave nacional, o que se espera tecnicamente desse profissional.

A formulação da base também dialoga com a Meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE), que associa a gestão democrática, nas escolas públicas, a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar. No próprio material que acompanha a discussão da BNC-Diretor Escolar, o CNE explicita que a matriz pode contribuir para esses critérios técnicos e para a organização de programas de formação de diretores. Dessa forma, a base se insere num movimento mais amplo de profissionalização da liderança escolar, sem romper com a exigência de participação da comunidade e com o princípio da gestão democrática.

Atenção! Embora seja amplamente utilizada como referência técnica para seleção, formação e avaliação de dirigentes escolares, a BNC-Diretor Escolar aparece, na documentação oficial mais recente do CNE, como parecer aprovado em 2021, não homologado e submetido a revisão em 2025.


DIMENSÕES E ATRIBUIÇÕES

No desenho aprovado pelo CNE em 2021, a BNC-Diretor Escolar foi organizada em 10 competências gerais, 17 competências específicas e 95 atribuições, distribuídas em quatro dimensões: político-institucional, pedagógica, administrativo-financeira e pessoal e relacional. As competências gerais procuram dar unidade ao perfil esperado do diretor, envolvendo liderança ética, construção coletiva do projeto pedagógico, cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da legislação educacional, valorização do desenvolvimento profissional da equipe, gestão de pessoas e recursos, integração com famílias e comunidade, mediação de conflitos e promoção de ambiente inclusivo. Com isso, a função diretiva passa a ser descrita como prática complexa, simultaneamente normativa, pedagógica, organizacional e humana.

O documento concentra, na dimensão político-institucional, atribuições ligadas à liderança da escola, ao engajamento da comunidade, à gestão democrática, à organização escolar e à visão sistêmica e estratégica. Entre as atribuições explicitadas, aparecem o dever de conhecer a legislação e as políticas educacionais, construir visão compartilhada de futuro, zelar pela fidedignidade dos dados prestados ao sistema de ensino, incentivar a participação das famílias, fortalecer colegiados, garantir publicidade de documentos de interesse coletivo, fazer cumprir regimento e calendário escolar e supervisionar relatórios e registros da memória institucional. Essa dimensão mostra que o diretor atua como articulador entre escola, normas, território e comunidade, e não apenas como executor interno de rotinas.


Na dimensão pedagógica, o foco se desloca para o compromisso com o ensino e a aprendizagem, o planejamento pedagógico, o apoio aos profissionais diretamente envolvidos no trabalho docente, a gestão curricular e o acompanhamento dos processos de avaliação. O parecer associa essa parte da função diretiva ao conhecimento da BNCC e do currículo, à construção colaborativa da proposta pedagógica, à criação de estratégias permanentes de acompanhamento do desenvolvimento integral dos estudantes

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)